

# **TERRITORIALIZAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA POR MEIO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DE NÚCLEOS DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS**

Daniela Aparecida Pacífico<sup>1</sup>

Carla Gualdani<sup>2</sup>

Regina Helena Rosa Sambuichi<sup>3</sup>

Mariana Aquilante Policarpo<sup>4</sup>

Fábio Alves<sup>5</sup>

## **RESUMO**

Núcleo de Estudo em Agroecologia (NEA) e Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia (CVT) são institucionalidades situadas em instituições de ensino, atuam em rede, e têm como característica a indissociabilidade entre práticas de ensino, atividades de pesquisa e ações de extensão. No Brasil, essas institucionalidades foram incentivadas por meio de políticas públicas de fortalecimento da agroecologia. Os objetivos desse estudo são analisar as dinâmicas territoriais de NEA e CVT e evidenciar o fenômeno da territorialização da ação pública. Tem-se por base revisão de literatura, análise documental, e realização de entrevista semiestruturada. A dinâmica territorial analisada mostra a complexidade dos contextos locais, a diversidade de instituições, organizações, profissionais e de grupos sociais nos territórios em interface com conflitos decorrentes do agronegócio, da mineração, dos agrotóxicos, e marcadas por isolamento de comunidades rurais. A existência de NEA e de CVT nos territórios impulsiona tanto a construção do conhecimento agroecológico quanto o fortalecimento do território, e quando fomentados por políticas públicas assessoram e acompanham grupos sociais desfavorecidos, promovem ciência engajada, e configuram a territorialização da ação pública. **PALAVRAS-CHAVE:** política pública; conhecimento agroecológico; PNAPO; NEA.

## **THE TERRITORIALIZATION OF PUBLIC ACTION THROUGH THE TERRITORIAL DYNAMICS OF AGROECOLOGY STUDY CENTERS AND TECHNOLOGICAL VOCATIONAL CENTERS**

## **ABSTRACT**

The Nucleus for Agroecology Studies (NEA) and the Technological Vocational Center for Agroecology (CVT) are institutional arrangements located within educational institutions that operate as part of a network and are characterized by the inseparability of teaching practices, research activities, and outreach actions. In Brazil, these institutional arrangements have been promoted through public policies aimed at strengthening agroecology. The objectives of this study are to analyze the territorial dynamics of NEAs and CVTs and to highlight the

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrante do Laboratório de Estudos Rurais (LERU/UFSC), daniela.pacifico@ufsc.br

<sup>2</sup> Doutora em Geografia, integrante do Laboratório de Estudos Rurais (LERU/UFSC), carlotageografa@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Ecologia, Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), regina.sambuichi@ipea.gov.br

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia Política, Consultora técnica especializada em políticas públicas, mariana\_policarpo@hotmail.com

<sup>5</sup> Mestre em Sociologia, Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fabio.alves@ipea.gov.br

phenomenon of the territorialization of public action. The study is based on a literature review, document analysis, and a semi-structured interview. The territorial dynamics analyzed reveal the complexity of local contexts, as well as the diversity of institutions, organizations, professionals, and social groups within the territories, in interaction with conflicts arising from agribusiness, mining, and pesticide use, and marked by the isolation of rural communities. The presence of NEAs and CVTs in these territories fosters both the construction of agroecological knowledge and the strengthening of the territory. When supported by public policies, these initiatives provide guidance and assistance to disadvantaged social groups, promote engaged science, and embody the territorialization of public action.

**KEYWORDS:** public policy; agroecological knowledge; PNAPO; NEA.

### **TERRITORIALIZACIÓN DE LA ACCIÓN PÚBLICA A TRAVÉS DE LAS DINÁMICAS TERRITORIALES DE LOS NÚCLEOS DE ESTUDIOS EN AGROECOLOGÍA Y CENTROS VOCACIONALES TECNOLÓGICOS**

#### **RESUMEN**

El Núcleo de Estudios en Agroecología (NEA) y el Centro Vocacional Tecnológico de Agroecología (CVT) son institucionalidades ubicadas en instituciones educativas que actúan en red y se caracterizan por la indisolubilidad entre las prácticas de enseñanza, las actividades de investigación y las acciones de extensión. En Brasil, estas institucionalidades fueron promovidas por medio de políticas públicas orientadas al fortalecimiento de la agroecología. Los objetivos de este estudio son analizar las dinámicas territoriales de los NEA y los CVT y poner en evidencia el fenómeno de la territorialización de la acción pública. El estudio se basa en una revisión de la literatura, un análisis documental y la realización de una entrevista semiestructurada. La dinámica territorial analizada muestra la complejidad de los contextos locales, así como la diversidad de instituciones, organizaciones, profesionales y grupos sociales en los territorios, en interacción con los conflictos derivados del agronegocio, la minería y los agroquímicos, y marcados por el aislamiento de las comunidades rurales. La existencia de NEA y CVT en los territorios impulsa tanto la construcción del conocimiento agroecológico como el fortalecimiento territorial, y cuando son fomentados por políticas públicas, asesoran y acompañan a grupos sociales desfavorecidos, promueven una ciencia comprometida y configuran la territorialización de la acción pública.

**PALABRAS CLAVE:** política pública; conocimiento agroecológico; PNAPO; NEA.

#### **1. INTRODUÇÃO**

Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA) e Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) são centros de excelência em pesquisa em agroecologia. Tratam-se de institucionalidades situadas em instituições de ensino, atuam na temática da agroecologia, e têm como característica marcante a indissociabilidade entre prática de ensino, atividade de pesquisa e ação de extensão (SOUZA *et al.*, 2017). Caracterizam-se pela atuação em rede, pela participação ativa de agricultores e agricultoras, e tem relação positiva com políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. O funcionamento dessas institucionalidades foi

incentivado por meio de editais publicados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>6</sup> para o fomento à pesquisa em agroecologia (PACÍFICO *et al.*, 2025a), vinculados à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

No Brasil, a formação de uma comunidade de especialistas organizada em torno da análise de políticas públicas ocorre a partir da década de 2000 (HASSENTEUFEL; OLIVEIRA, 2021)<sup>7</sup>. Os estudos das políticas públicas direcionadas ao rural, por exemplo, têm se constituído na interface de disciplinas como a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, a Antropologia e a Geografia, enquanto um campo profícuo, e têm inspirado avanços teóricos e metodológicos, sob a noção de território. É de algumas poucas décadas até o presente que o território tem sido construído enquanto objeto epistêmico (REIS, 2005), articulando diferentes disciplinas, destensionando perspectivas de análises de políticas públicas que enfocavam somente *o Estado* ou somente *o público*.

Na perspectiva da Sociologia Política da Ação Pública, a análise recobre a totalidade da ação pública e busca percorrer a interface entre Estado-sociedade, com forte peso sobre os instrumentos das políticas públicas e as traduções decorrentes de sua implementação (LASCOUMES, GALÈS, 2012). A incorporação da noção de território às análises das políticas públicas está vinculada à demanda capazes de articular o espaço ao social (sem negligenciar o simbólico, a identidade, a territorialidade e suas dimensões) à esfera jurídico-política, ao econômico e, sobretudo, à complexidade de fatores que o relaciona ao desenvolvimento e à participação. Desse modo, distintas disciplinas incorporaram o território em suas problemáticas compondo um amplo leque de interpretações (RAYNAUT, 2014). O tema tem mantido centralidade nos estudos sobre a intervenção pública governamental com base na abordagem do desenvolvimento a partir de enfoque territorial e tem encontrado acolhimento no campo de análise de políticas públicas (PERAFÁN, 2007; VÁZQUEZ BARQUERO, 1997).

O presente estudo localiza-se na perspectiva do desenvolvimento territorial e aciona a abordagem da territorialização da ação pública. Assim, busca-se compreender a territorialização como parte da construção do território sob a perspectiva da intervenção pública

<sup>6</sup> Sem sombra de dúvidas os CVT agroecológicos foram incentivados a partir de 2010. Contudo, sua história é anterior e pode ser consultada em Castioni, Bouskela, Radaelli (2013) e Manfredi (2017), capítulo 5.

<sup>7</sup> Para uma revisão de literatura ver Farah (2016); Marques e Faria (2013).

governamental. Neste caso, parte-se de um instrumento da ação pública, a PNAPO<sup>8</sup> e, em específico, de um dispositivo, o edital CNPq de fomento à pesquisa em agroecologia, para se chegar aos atores implementares, ou seja, os coordenadores e as coordenadoras de NEA e CVT e, a partir deles, se alcançar as dinâmicas sociais e políticas. Considera-se o instrumento, os atores sociais e a implementação na configuração das dinâmicas territoriais de quinze NEA e três CVT, em nove estados brasileiros. O objetivo do presente artigo é o de analisar a dinâmica territorial de NEA e CVT para evidenciar o fenômeno da territorialização da ação pública. Para isso parte-se de perguntas elementares como: Quais as redes de construção do conhecimento em agroecologia nos territórios? Quais os papéis de NEA e CVT nos territórios? Em quais dinâmicas territoriais assentam-se os esforços da ação pública para promoção da agroecologia?

Por dinâmicas territoriais entende-se aqueles processos de funcionamentos, inerentes a determinados contextos locais, que expõe formas de cooperação e de apropriação dos espaços, que são influenciadas por relações de poder, interesses econômicos, políticas públicas, e também resistências locais. O presente texto é composto por seis seções contanto desta Introdução. A segunda apresenta os procedimentos metodológicos. A terceira seção discute o conceito de territorialização para a intervenção pública governamental, e a quarta apresenta a PNAPO e localiza os editais CNPq. A quinta apresenta os tipos de parceiros e analisa os contextos locais os quais NEA e CVT estão inseridos de modo a evidenciar apropriações do território. As dinâmicas territoriais que emergem revelam que NEA e CVT – quando incentivados por políticas públicas – se tornam *agentes impulsionadores* e apoiam grupos sociais desfavorecidos. Por fim, estão as considerações finais.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo foram aplicados métodos clássicos e consolidados em pesquisas qualitativas. O primeiro trata-se da revisão de literatura acerca dos conceitos fundamentais que circunscrevem a abordagem da territorialização da ação pública, e seu conteúdo deu origem a próxima seção. O segundo, análise documental, teve como base o texto da PNAPO e dos

---

<sup>8</sup> A PNAPO foi criada em 2012 e teve como objetivo integrar programas e ações existentes – indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica por meio do seu principal instrumento, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), denominado de Planapo I de 2013 a 2015, Planapo II de 2016 a 2019 e Planapo III de 2024 a 2029. A PNAPO foi a primeira política pública de agroecologia no Brasil, e reuniu diferentes frentes de atuação, sendo a da pesquisa em uma delas.

Planapos, os editais CNPq, a lista dos projetos aprovados, e os relatórios de prestação de contas, que permitiram acessar o contato de e-mail e a Unidade Federativa dos coordenadores e coordenadoras de NEA e CVT. Sua aplicação permitiu entender o instrumento PNAPO e seus dispositivos-operacionais, os editais, assim como permitiu encontrar os coordenadores/as que foram entrevistados. O conteúdo resultante desse método gerou a quarta seção. O terceiro método foi a realização de vinte entrevistas semiestruturadas com coordenadores e coordenadoras de quinze NEA e três CVT, totalizando dezoito institucionalidades abrangendo nove estados brasileiros<sup>9</sup> (Cf. Quadro 01). Os conteúdos daí decorrentes estão na quinta seção.

**Quadro 01:** Regionalização das institucionalidade e número de entrevistas realizadas.

Região	UF	Institucionalidade	Data da Entrevista	Nº de entrevistas
Centro-Oeste	MT	NEA	05/04/23	5
	GO	NEA	27/04/23	
	MT	NEA	09/05/23	
	DF	CVT	04/05/23	
	DF	NEA	23/06/23	
Norte	RR	NEA	09/05/23	1
Nordeste	MA	NEA	20/04/23	3
	RN	NEA	10/05/23	
	BA	CVT	13/06/23	
Sul	PR	NEA Construção Coletiva*	De 02 a 23/05/23	6
	PR	NEA	20/04/23	
	PR	NEA	16/05/23	
Sudeste	MG	NEA	05/04 e 26/04/23	5
	MG	NEA	01/06/23**	
	MG	CVT	05/04/23	
<b>5 Regiões</b>	<b>9 UF</b>	<b>15 NEA e 3 CVT</b>	<b>Abril a junho</b>	<b>20</b>

\* Refere-se a quatro NEA, e todos coordenadores foram entrevistados.

\*\* Foram realizadas duas entrevistas neste dia.

Fonte: Elaboração dos autores, junho 2023.

A seleção das institucionalidades para realização de entrevista com os coordenadores e as coordenadoras se deu mediante o retorno positivo ao contato feito por e-mail. Foram contatados setenta e um NEA e seis CVT, sendo no total setenta e sete institucionalidades. As entrevistas foram realizadas com dezoito, que corresponde 23%. Utilizando-se a ferramenta *online* Google Meet institucional, obtiveram-se 25 horas de gravação, transcritas por meio da plataforma *Trint's AI Transcription*, versão gratuita, somando 304 páginas de texto em Word. A codificação e a análise do texto transcrito se deram com apoio da plataforma *Web Atlas ti*, no qual foi possível criar as categorias e a elas agrupar os trechos das “as falas” das entrevistas.

<sup>9</sup> A pesquisa foi submetida e aprovada no CEPESH, CAAE 68547023.2.0000.0121.

A criação das categorias foi inspirada nas diretrizes de Bardin (2011) sobre análise de conteúdo, para quem a estrutura de análise segue três fases fundamentais: a de pré-análise, momento de organização do material; a de exploração do material, que diz respeito a codificação propriamente dita – categorização, criação de unidades de registro e desenvolvimento de temas ou eixos de análise; e a de tratamento dos dados e interpretação, onde reside a integração dos dados com interpretações mais profundas. Com base nisso, três categorias se mostraram centrais para analisar a dinâmica territorial e evidenciar o fenômeno da territorialização: (i) Tipologia dos parceiros; (ii) Contextos locais; e, (iii) Grupos sociais. A apresentação dos resultados orientou-se pela complexidade dos contextos, pela diversidade de instituições, de organizações, de profissionais com atuação nos territórios de NEA e CVT, e de grupos sociais em interação com estas institucionalidades (IPEA, 2023).

### 3. A TERRITORIALIZAÇÃO NA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Na literatura francesa de análise de política pública, o termo territorialização aparece seguido de algo, por exemplo, territorialização *das políticas públicas, das mudanças, da governança, da ação pública*.<sup>10</sup> De acordo com Fuare (2010) a territorialização das políticas teve entrada considerável na agenda científica para (i) mostrar o poder dos grandes coletivos locais, (ii) estudar a União Europeia enquanto um território profícuo e (iii) analisar as iniciativas de democracia participativa. Para o autor, o território se faz sobre a prioridade pública, a circulação de ideias, a competição política e a mobilização de coletivos. Também reconhece que os estudos sobre a territorialização das políticas públicas têm dito respeito, com certa exclusividade, ao lugar e ao papel do Estado. Em contrapartida, indica que são inúmeros os estudos cujo foco é na interface Estado-sociedade e que a territorialização tem sido abordada a partir (i) do Estado animador de processos, (ii) dos parceiros, (iii) da coprodução da ação pública, (iv) das excepcionalidades territoriais, e (v) do debate público.

Duran (2011) aborda a territorialização como contextualização da ação pública e, por esse ângulo, defende que é preciso compreender a territorialização da ação pública como um esforço de espacialização sinônimo de contextualização. Nas palavras do autor: “contextualizar

<sup>10</sup> O termo territorialização também pode ser explicado por meio da análise de sua formação. A terminação ação, adicionada a um verbo – no caso, territorializar –, dá origem a um substantivo derivado de um verbo, com ideia de processo.



remete-nos a evidenciar quais são as dimensões constitutivas, originárias” (DURAN, 2011, p. 477, livre tradução). Para o autor, a territorialização da ação pública pode ser entendida muito menos pelo seu lado conceitual, de definir formas de tratamento de problemas públicos, e mais por se tratar de um bom resumo do campo por meio do qual se constitui a ação pública.<sup>11 12</sup>

A territorialização muda de acordo com as circunstâncias políticas e históricas. Nas palavras de Perico (2009): “entende-se que a territorialização é um processo que delimita o alcance ou os limites inerentes de determinado processo. Por isso, é possível encontrar diferentes tipos de territorialização superpostos sobre os espaços geográficos” (PERICO, 2009, p. 64). O autor afirma, ainda, que existem disparadores de territorialização, isto é, fatores externos com capacidade de disparar a construção de territórios, e que “haverá diferentes processos de territorialização – a depender do disparador” (PERICO, 2009, p. 64).

Nos anos 2000 o desenvolvimento territorial no Brasil passou a ser objeto de um número crescente de estudos. Um dos eixos tem se referido à análise dos processos de implementação que têm sido abordados por meio da articulação entre as diferentes políticas públicas provenientes das distintas esferas públicas (federal, estadual, municipal), revelando interfaces entre o desenvolvimento, o território, as políticas públicas e os atores sociais. No âmbito dessas articulações estão as arenas decisórias, os espaços públicos institucionais como espaços de representação e participação de atores. O território deve atuar como “*locus* de articulação dos programas existentes” (LEITE *et al.*, 2010, p. 319). Na análise dos processos territoriais os estudos devem considerar a “existência de redes de articulação de atores, instituições e programas e, por esse prisma, elegemos a PNAPO, e uma de suas ações, enquanto elo articulador entre a esfera do Estado e do território.

Recorta-se a temática pela via da intervenção pública governamental com foco em *uma* ação (os editais CNPq) de *uma* política pública (a PNAPO). A potencialidade do estudo, por sua vez, é que se toma de partida NEA e CVT enquanto objeto empírico e os territórios como

<sup>11</sup> Há também a mobilização de noções e conceitos acerca de território, territorialidade, territorialização, multiterritorialidade e suas versões inversas, isto é, desterritorialidade e desterritorialização. Tais noções têm sido utilizadas para analisar processos que envolvem, em especial, povos do lugar, povos e comunidades tradicionais, populações rurais, camponesas e outras.

<sup>12</sup> A territorialização também pode ser abordada pela perspectiva privada, de setores empresariais (PORTO, 2016), e que – sem negar a importância de uma digressão mais longa sobre as noções de territorialização que não dizem respeito à intervenção pública governamental, e sim às que abordam as distintas territorialidades, identidades, diversidade de atores, povos e comunidades tradicionais num dado território, seus usos, e etc.

espaços de expressão de territorialidades, compreendendo que neles existem processos vivos que podem ser *incentivados* pela ação política (PACÍFICO *et al.*, 2025b), e que tais processos são constituidores de territorialização (PERICO, 2009). Em suma, refere-se a isso o sentido de intervenção pública governamental mobilizado em nosso conceito de territorialização.

#### 4. A PNAPO NO FORTALECIMENTO DO ENSINO, DA PESQUISA, DA EXTENSÃO, E DO TERRITÓRIO

Para Grisa e Schneider (2014), as últimas três décadas foram marcadas por novas relações entre Estado e sociedade civil, pela criação de espaços de participação social, pela emergência de atores políticos e reconhecimento de sujeitos de direito, pela criação de regras e instrumentos de política pública e pelo surgimento de novos referenciais globais e setoriais que orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir normas e compreensões que afetaram as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural. Os autores apresentam uma tipologia das políticas públicas diferenciadas para agricultura familiar por meio de três gerações.

A primeira geração, decorrente da abertura democrática e da Constituição Cidadã, seria composta por políticas de fortalecimento do viés agrícola e agrário. A segunda marcada por políticas sociais e assistenciais, e a terceira geração decorrente do efeito de uma mudança política importante, as eleições de 2002, sendo classificada pelos autores como geração de políticas de construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental.

De acordo com Schmitt (2016), é no âmbito da terceira geração de políticas públicas que é possível observar a transformação das ideias agroecológicas em instrumentos da ação pública. A autora argumenta que a incorporação de um referencial de agroecologia aconteceu de forma diferenciada e dispersa nos instrumentos, viabilizada, com possibilidades e limites, por meio de arenas públicas fundamentais. E é nessa circunstância de criação de políticas diferenciadas para agricultura familiar que emergem unidades *como o território*, criadas para se chegar ao público das políticas públicas.

Em 2012, como parte da consolidação das demandas das organizações da sociedade civil, especialmente do movimento de mulheres rurais e do movimento agroecológico brasileiro (SILIPPRANDI, 2017) foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica



(PNAPO). Essa política pública integrou ações existentes – indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica – por meio do seu principal instrumento, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Ao todo foram três Planapos. O Planapo I (2013-2015) com seis objetivos, 14 metas, 79 estratégias e 125 iniciativas, estruturadas em quatro eixos de atuação, a saber, o de produção, o de uso e conservação de recursos naturais, o de conhecimento, o de comercialização e consumo (Brasil, 2013). O Planapo II (2016-2019) com seis objetivos, 30 metas, 96 estratégias e 194 iniciativas, distribuídas em seis eixos, os mesmos quatro eixos do Planapo anterior mais o eixo terra e território, e o de sociobiodiversidade (Brasil, 2016). O Planapo III (2024-2027) com sete objetivos e sete eixos, tendo sido acrescido aos eixos anteriores, que permaneceram, o eixo de saúde e cuidados com a vida (Brasil, 2024).

No eixo *conhecimento*, de cada um dos Planos, concentram ações de ampliação da capacidade de geração e de socialização de conhecimentos em agroecologia. Dentre as ações do eixo estão aquelas que culminaram nos editais CNPq de fomento à pesquisa em agroecologia. O objetivo do dispositivo-edital é o de incentivar a construção e a socialização do conhecimento em agroecologia que integre práticas de ensino, atividades de pesquisa, e ações de extensão universitária por meio da criação e da manutenção de Núcleos de Estudos em Agroecologia NEA e de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) em diferentes territórios.

De 2007 a 2016 foram publicados onze editais de fomento à pesquisa em agroecologia, distribuídos em Fase I e II.<sup>13</sup> Destes, oito foram destinados à criação e a manutenção de NEA (nº 73/2010, nº 58/2010, nº 46/2012, nº 81/2013, nº 38/2014, nº 39/2014, nº 02/2016 e nº 21/2016). Sete publicados pelo CNPq e um (nº 73/2010) publicado diretamente pela Coordenação de Agroecologia (COAGRE) do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), e três contemplaram à a criação e à a manutenção de Centro Vocacional Tecnológico (CVT), todos durante a PNAPO (nº 46/2012, nº 81/2013 e nº 21/2016). Do total, seis editais foram publicados

<sup>13</sup> Na Fase I dos editais foram publicados o nº 36/2007, nº 33/2009, nº 73/2010, nº 58/2010. Na Fase II os nº 46/2012, nº 81/2013, nº 38/2014, nº 39/2014, nº 40/2014, nº 02/2016 e nº 21/2016 (PACIFICO *et al.*, 2025a).

no âmbito da PNAPO, sendo apenas o edital nº 58/2010 tendo sido publicado antes da PNAPO (PACÍFICO *et al.*, 2025a).<sup>14</sup>

Os editais foram acessados por professores e professoras que atuam no ensino, na pesquisa e na extensão em agroecologia. Ao submeterem seus projetos aos editais e ao terem sido contemplados, assumem a posição de coordenadores e coordenadoras junto ao CNPq. No CNPq reside o fluxo do dispositivo-edital, isto é, a responsabilidade de escrever o edital e seu funcionamento, publicá-lo e estabelecer os prazos, receber as propostas (os projetos), montar as comissões de avaliação, avaliar as propostas, publicar a lista das propostas aprovadas/projetos aprovados, liberar o recurso para o coordenador ou coordenadora do projeto e, por fim, receber o relatório de prestação de contas. Esse é o fluxo normal da atuação da agência que foi aplicado também para os editais CNPq de fomento à pesquisa em agroecologia. Deste modo, os coordenadores e coordenadoras de NEA e CVT contemplados – mediante financiamento – passam a mobilizar o repertório prático, técnico e tecnológico da agroecologia e atuar conjuntamente com outras instituições, e grupos de agricultores e agricultoras, no fortalecimento de diferentes práticas de ensino, atividades de pesquisa e ações extensão<sup>15</sup>.

Finalmente, a contribuição da presente seção está justamente em apresentar a PNAPO e localizar os editais, para compreendermos NEA e CVT enquanto objeto empírico e os territórios como espaços de expressão de territorialidades, e assim, delinear a partir dos dados da pesquisa como essas institucionalidades (NEA e CVT) fortalecem os territórios nos quais estão inseridos.

## 5. DINÂMICAS TERRITORIAIS: ENTRE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO E O FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO

De acordo com a Plataforma Agroecologia em Rede<sup>16</sup>, estima-se que mais de 150 núcleos de estudos em agroecologia foram implantados em todo o Brasil desde os primeiros

<sup>14</sup> Nesta análise centramos o foco nos Editais (CNPq) publicados no âmbito da PNAPO. Contudo, pondera-se que no âmbito governamental houveram outros editais como, por exemplo, o Edital PROEXT 2015 e 2016, que incentivaram NEA e CVT mediante uma linha de apoio dentro do eixo Desenvolvimento Rural e não estão analisados neste estudo.

<sup>15</sup> Ver estudos de Canavesi, F., Barreto, C. G., Ludewigs, T., Gouzy, C. A., Ferreira, G. F. M., Bezerra, T. L. P. M., Abreu, I. S., Soares, Z. A. B., & Santos, L. V. (2021); Cardoso, I. M. (2018); Souza, N. A., Ferreira, T., Cardoso, I. M., Oliveira, E. C. L., Amâncio, C., & Dornelas, R. S. (2017); Padula, J., Cardoso, I. M., Ferrari, E. A., Soglio, F. K. (2013).

<sup>16</sup> A plataforma Agroecologia em Rede é idealizada e gerenciada por uma organização não-governamental denominada AS-PTA e contém registros de iniciativas em agroecologia em todo território nacional e América Latina. Por se tratar de uma plataforma que foi atualizada junto com o projeto de sistematização dos núcleos de

incentivos, na Fase I de editais CNPq – 2007/2010 (PACÍFICO *et al.*, 2025a)<sup>17</sup>, além de centros vocacionais tecnológicos em agroecologia e redes de núcleos. Desde então, esforços foram empreendidos no sentido de avaliar e sistematizar diferentes experiências de criação e de atuação de NEA e de CVT. A avaliação de maior envergadura foi realizada pela Associação Brasileira de Agroecologia por meio do projeto “Sistematização de experiências: construção e socialização de conhecimentos mediante o protagonismo dos Núcleos e Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia”, realizada de 2015 a 2017<sup>18</sup>, tendo tornado evidente características até então pouco conhecidas da atuação dessas institucionalidades.

Uma década se passou desde o início dessa avaliação e diversos fatores sucessivamente impactaram NEA e CVT nesse período, sobretudo àqueles advindos do desmonte das políticas públicas e da descontinuidade do financiamento da pesquisa articulada com práticas de ensino e ações extensão mediante editais CNPq, decorrentes do golpe parlamentar e da ausência de vontade política para com a PNAPO. Entretanto, compreender a dinâmica territorial de NEA e CVT continua sendo estratégico, principalmente após a retomada da PNAPO, recentemente, na expressão do Planapo III<sup>19</sup>. As próximas subseções apresentam os parceiros de NEA e CVT e os grupos sociais com quem atuam. Junto destacam o sentido de cooperação e a resistência local, e também, os conflitos e os desafios, ou seja, as apropriações e disputas pelo território.

### **(i) Tipologia dos parceiros nos territórios**

A tipologia dos parceiros de NEA e CVT nos territórios foi construída mediante a análise de conteúdo das vinte entrevistas realizadas com coordenadores e coordenadoras dessas institucionalidades e tornam evidente a cooperação existente. Ao longo das entrevistas ao menos quatro parceiros foram mencionados por institucionalidade, contabilizando 89 menções à parceiros. Estes parceiros trataram-se de atores sociais individuais ou coletivos, e que quando agrupados por categorias resultaram em dezesseis tipos, conforme Quadro 02.

---

agroecologia, avaliação promovida pela Associação Brasileira de Agroecologia de 2015 a 2017, no mapa Agroecologia em Rede contém 140 registros de NEA, R-NEA e CVT.

<sup>17</sup> A primeira fase de Editais (CNPq) data 2007/2010, antes da PNAPO, e a segunda fase 2012/2016, durante a PNAPO. Sobre Fase I e Fase II dos Editais CNPq consultar Pacífico *et al.*, 2025.

<sup>18</sup> Sobre a avaliação consultar o site da ABA e ver o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=5bxtzL9pZU0>

<sup>19</sup> Para mais detalhes sobre o Planapo I e II ver consultar Sambuichi *et. al.*, 2012; Sambuichi *et al.*, 2017.

**Quadro 02:** Tipologia dos parceiros de NEA/CVT – Ordem Alfabética

Assentamentos de reforma agrária	Escolas	Profissionais independentes
Associações	Instituições de Pesquisa	Órgãos públicos (Secretarias do Estado)
ATER governamental	Instituto Federal de Educação (IF)	Sindicatos
ATER não-governamental	Movimento Social	Universidades
Cooperativas	Núcleo Territorial	
Empresa Privada	Organizações	

Fonte: Elaboração dos autores, junho 2023.

O tipo de parceiro “Assentamento” refere-se a diferentes assentamentos de reforma agrária que atuam conjuntamente com as institucionalidades estudadas. O tipo “Associações” variam entre as de agricultores, de agricultores orgânicos e de Terra Indígena. As parcerias de NEA e CVT com a assistência técnica e extensão rural “ATER governamental” trata exclusivamente de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Já no tipo “ATER não-governamental” foram mencionadas organizações que atuam com assessoria aos agricultores, redes de certificação participativa, e institutos de desenvolvimento. Quando os parceiros são “Cooperativas” estas são as de agricultores, de assentados e de agricultores orgânicos, e quando são as instituições de pesquisa estão presentes a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), as instituições estaduais de pesquisa, as fundações, e os institutos de apoio à pesquisa.

Uma única menção à “Empresa” foi registrada, referente a um setor de sustentabilidade que financia projetos de desenvolvimento. E, neste caso, tratou-se de empresa varejista de roupas, interessada na procedência do algodão que vai para determinada linha de roupas denominadas de sustentáveis.

As “Escolas” parceiras têm sido as Escolas Famílias Agrícolas (EFA), cuja prática de ensino/aprendizagem por alternância possibilita ao estudante um período de atuação na escola e outro na comunidade, caracterizando-se como espaço importante de conexão para o NEA/CVT. Quando os parceiros são os “Movimentos Sociais”, geralmente são os de atingidos por mineração, os de trabalhadores sem-terra, e os de pequenos agricultores. Os “Profissionais independentes” parceiros são distintos e variam entre deputados/as, pesquisadores/as, professores/as de outras instituições, servidores/as de órgãos estaduais de controle, agricultores/as experimentadores/as e lideranças comunitárias, que tem tido atuação junto das institucionalidades mediante diferentes formas de apoio. O tipo de parceiro “Sindicatos” resume-se em sindicatos de trabalhadores rurais, e houve uma situação de um sindicato patronal ter sido mencionado como parceiro de um NEA, na viabilização de transporte para deslocamento de estudante, agricultores e agricultoras.

Analisou-se a expressividade de cada tipo de parceria do ponto de vista do número de vezes que determinado tipo de parceiro foi citado, e a ordem da menção, do primeiro citado para o último. A parceria com organizações de “ATER não-governamental” e “Profissionais independentes”<sup>20</sup> apareceu em doze entrevistas das vinte realizadas, estando entre os tipos de parceiros mais citados. O terceiro parceiro mais citado foram as “Universidades” (departamento/laboratórios) e as “Instituições de pesquisa”, que colaboram por meio de projetos específicos e realização de testes de laboratórios, e se referem às estaduais e federais presentes nos territórios. Entre as instituições de pesquisa citadas a Embrapa lidera, mas também foram citadas instituições estaduais de pesquisa. Apenas duas entrevistas (uma de NEA e uma de CVT), declararam contar com um número expressivo de parceiros, respectivamente, 12 e 9 parceiros, o que indica uma alta capacidade de relacionamento no território. Entretanto, do ponto de vista da ordem da menção, para NEA o primeiro parceiro mencionado foram as associações de agricultores, agricultoras, de produção orgânica, e povos indígenas, e ATER não-governamental. Já para CVT foram as universidades e instituições de pesquisas.

Observa-se que, no *ranking geral* dos parceiros de NEA e CVT, as organizações de “ATER não-governamental” são os principais parceiros nos territórios, seguidas de “Profissionais independentes”, “Universidades” e “Instituições de pesquisa”. À vista disso, por mais que saibamos que a cooperação é um pressuposto, como ficou claro, e que as relações de parceria de NEA e CVT não sejam homogêneas, há uma aguda desigualdade de acesso à recursos e infraestrutura entre essas institucionalidades, e há algo recorrente entre eles, isto é, para todos os quinze NEA e três CVT os parceiros territoriais são atores fundamentais para cooperação em um sentido comum. Não houve um único NEA ou CVT sem parceiros, e os dados mostram que existem redes de construção do conhecimento em agroecologia nos territórios. Para entender de modo relacional a atuação dessas institucionalidades e seus parceiros torna-se imprescindível compreender sob quais contextos atuam e com quais grupos sociais essas cooperações acontecem.

<sup>20</sup> Os “Profissionais” parceiros caracterizam-se como sujeitos independentes, pertencentes ou não a instituições/organizações, que contribuem de modo voluntário ou como membros de projetos e ações junto de NEA ou de CVT.

**(ii) Contextos locais e grupos sociais**

Do total das vinte entrevistas realizadas, treze revelaram a existência de conflitos no território. Para os coordenadores e coordenadoras são justamente determinadas contextos que tanto dificultam quanto justificam a necessidade de atuação de NEA e de CVT junto de grupos sociais específicos. Os contextos locais capturados nas narrativas configuram cenários reveladores de conflitos nos territórios e, deste modo, sistematizou-se cinco cenários: (i) incidência de modelo de agricultura baseado em *commodities* agrícolas “Agronegócio”; (ii) incidência de movimento social do campo em luta pela terra “Território em disputa”; (iii) incidência de histórica extração mineral e avanço desta prática para áreas de agricultura agroecológica “Mineração”; (iv) incidência de câncer e outras doenças no meio rural associadas às práticas convencionais de agricultura, sobretudo o uso de “Agrotóxicos”; (v) incidência de falta absoluta de acesso à políticas públicas e infraestrutura “Isolamento territorial”.

O Quadro 03 resume, por UF, os cenários de conflitos e os percursos explicativos de cada cenário com base nas entrevistas.

**Quadro 03:** Configuração territorial por tipo de conflito/enfrentamento.

UF	Principais cenários	Principais percursos explicativos
MT / GO / PR / MT / MG	Agronegócio	Racionalidade ou ideologia Alta destinação de recursos para o setor Fronteira agrícola
PR	Território em disputa	Universidade resultante da demanda dos movimentos sociais do campo Desafio de fortalecer a pesquisa e a extensão em agroecologia Destinação desigual de recurso, inexistente para agroecologia Magnetização dos agricultores pelo agronegócio
MG	Mineração	Velhas áreas de extração de ferro (devastação dos recursos naturais e discurso de fim da perspectiva para agricultura) Novas áreas de extração, no coração da agroecologia (Polo)
PR	Agrotóxicos	Depressão recorrente nas famílias agricultoras Incidência crescente de natimortos no meio rural Excesso de resíduos de agrotóxicos nos alimentos
MA RR	Isolamento territorial	Distância geográfica de comunidades rurais Necessidade de organização social e articulação com instituições

Fonte: Elaboração dos autores, junho 2023.

No cenário “Agronegócio”, o conflito remete a problemática a três regiões em específico, Centro-oeste, Sudeste e Sul, e os percursos explicativos enfatizam a racionalidade ou ideologia do agronegócio como fator principal do conflito. O desafio nos territórios é justamente o de atuar de modo a tecer uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico e o de construir outras possibilidades que não as ligadas às *commodities*, desvinculando da apropriação que tem sido feita dos espaços rurais e das mentes. O segundo cenário “Território em disputa” concentra-se exclusivamente no estado do Paraná. As entrevistas foram realizadas

na região sul do estado. A universidade onde se localiza o NEA e o CVT foi criada no plano de expansão das universidades e está localizada territorialmente junto a um assentamento de reforma agrária. De acordo com as entrevistas, o desafio é o modelo de agricultura *convencional* inserido na agricultura familiar assentada de reforma agrária. Argumentam que a lógica produtiva hegemônica torna difícil trabalhar agriculturas de base ecológica, mesmo em assentamentos, e que o jogo político local homogeneiza a categoria sob a máxima de que *todos são produtores rurais*. Nesse cenário a apropriação dos espaços rurais, as práticas produtivas convencionalizadas e a padronização das formas de fazer tem impedido de se avançar em direção à crítica ao modelo de desenvolvimento imposto.

O cenário “Mineração” foi identificado no estado de Minas Gerais, na região da Zona da Mata Mineira, declarada em 2018 como Polo Estadual da Agroecologia. O conflito se apresenta em duas frentes: (i) velhas áreas de mineração na região, apropriação histórica do território, na qual a população rural não vê futuro no meio rural, ou seja, áreas que estão sob a exploração mineral há décadas e que, de acordo com os entrevistados, os agricultores e agricultoras do entorno da mineração vivem dramaticamente à espera do encerramento de suas atividades produtivas; (ii) novas áreas de mineração na região, apropriação tardia, que, estão se sobrepondo às áreas também históricas, mas nesse caso, de produção agroecológica da Zona da Mata, ameaçando práticas produtivas consolidadas de manejo, uso e conservação dos recursos naturais, solo, e organização social dos agricultores e agricultoras.

O conflito em velhas áreas apareceu em duas entrevistas, onde o NEA tem um trabalho de reorganização da produção agrícola com base em agriculturas de base ecológica e organização da comercialização de produtos, na perspectiva de construir caminhos para as populações que estão no meio rural e no entorno da mineração. O conflito em novas áreas apareceu também em duas entrevistas, onde o NEA surge da organização social do território agroecológico e há décadas seu trabalho marca o contexto local como ponto de resistência. A chegada da mineração em tempos recentes tem desestabilizado relações, desinformado a população, assim como tem acirrado conflitos e gerado novas disputas.

O cenário “Agrotóxicos” dialoga diretamente com os cenários anteriores. Também localizado no Paraná, diz respeito a um dos efeitos do modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico altamente baseado em insumos químicos. O cenário revela um território



atravessado por doenças físicas e emocionais causadas – de acordo com os agricultores e agricultoras –, pelo uso de agrotóxicos na agricultura da região. Nesse cenário, a apropriação do sistema de produção decorrente da modernização da agricultura e implantação do pacote tecnológico rege o conflito do território.

O último cenário é o do “Isolamento territorial”, caracterizado por longas distâncias entre as comunidades rurais e os centros urbanos, e o difícil deslocamento pelas vias principais. O cenário é marcado pelo esquecimento por parte do poder público, que pode ser caracterizado por uma apropriação da exclusão premeditada. O cenário do isolamento foi identificado nos estados do Maranhão e de Roraima e evidenciaram contextos locais altamente vulneráveis cujo o acesso precário revela uma falta de acesso às políticas públicas e infraestrutura.

De acordo com os coordenadores e coordenadoras, os cenários de conflitos e seus percursos explicativos são, por um lado, o que dificulta a atuação de NEA e CVT no território e, por outro, o que a justifica, revelando os papéis assumidos por estas institucionalidades na promoção da integração entre ensino, pesquisa e extensão com foco na agroecologia, na valorização de saberes locais e tradicionais, articulando-os com o conhecimento científico, na formação de quadros técnicos comprometidos, e na conexão entre instituições de ensino, agricultores familiares e camponeses, movimentos sociais e órgãos públicos.

### **(iii) Grupos sociais**

Em todas as entrevistas foram mencionados grupos sociais com o quais NEA e CVT atuam nos territórios em interface com cenários de conflitos. Agrupou-se os trechos de entrevistas de modo a se chegar a uma síntese dos grupos sociais mais citados. Ao todo foram setenta e três citações à grupos sociais que, quando analisadas, somaram doze categorias em dois tipos: Coletivo Identitário (CI) e Coletivo Organizado (CO). O tipo CO são aqueles que agrupam sujeitos por meio de uma instituição jurídica (Assentamento, Associação, Cooperativa, etc.). O tipo CI são aqueles que agrupam sujeitos por meio da relação de pertencimento (Agricultor e Agricultora, Comunidade, Estudante, Território, etc.). Assim, identificou-se quatro CO com doze especificidades, e oito CI com quatorze especificidades.

No CO estão os assentamentos de reforma agrária, as associações de agricultores ou de produtores convencionais ou orgânicos, cooperativas de consumidores e de agricultores, movimento de mulheres ou de atingidos por barragens e por mineração. No CI estão

agricultores tradicionais e quilombolas, agricultores urbanos e agroecológicos, os estudantes de diferentes níveis de formação (médio de IF, médio de EFA, técnico, tecnológico, graduação, pós-graduação), e também técnicos de ATER governamental e não-governamental, e territórios indígenas e quilombolas.

De acordo com as nomenclaturas mobilizadas pelos coordenadores e coordenadoras, recorrentemente as mesmas definidas como prioritárias em políticas públicas diferenciadas para agricultura familiar, tratam-se de grupos à margem do desenvolvimento-econômico-hegemônico, constituindo-se em grupos sociais desfavorecidos no território ou em processo de fortalecimento e representam a resistência do local. Geralmente, resistência se fundi com cooperação, constituindo uma rede de parceiros, como a que vimos anteriormente.

Importância igual foi atribuída aos estudantes, cujas citações os colocou como atores centrais nos NEA e CVT. Observou-se que os estudantes foram mencionados enquanto uma categoria em praticamente todas as entrevistas, e constatou-se uma diversidade importante de perfis de estudantes. Para análise manteve-se as nomenclaturas citadas para valorizar os perfis descritos pelos entrevistados. NEA e CVT, além de atuarem com grupos sociais desfavorecidos nos territórios, também acolhem uma diversidade de perfis de estudantes. Podemos destacar alguns como, por exemplo, o estudante-trabalhador, que dificilmente seria absorvido em grupos de pesquisas convencionais justamente por não ter o estudo como única função da vida estudantil; o estudante-quilombola, que provavelmente se reconhece pertencente ao grupo de estudantes que tem tido acesso à universidade por meio de ações afirmativas e reparadoras do ponto de vista histórico; o estudante-agricultor, que reconhece o pertencimento e valoriza suas origens e, provavelmente, busca acolhimento por simpatizar com os temas que são trabalhados nesses espaços.

Partindo da abordagem territorial do desenvolvimento no qual a territorialização das ações públicas guarda contribuição particular, nos interrogamos sobre as dinâmicas territoriais as quais NEA e CVT estão inseridos para compreender como os editais CNPq incidem sobre essas dinâmicas ou, nos termos de Perico (2009), compreender como apoiam determinados processos territoriais. Na interface do objeto empírico (as dinâmicas territoriais das institucionalidades) com o objeto teórico (territorialização da ação pública, a PNAPO e os editais CNPq) está a argumentação da presente seção, e resposta a nossa terceira questão, de

que as dinâmicas territoriais circunscrevem a atuação de NEA e de CVT, ao mesmo tempo em que são atravessadas por estas institucionalidades. Tais dinâmicas, compostas por parceiros e cooperações, contextos locais, apropriações, e grupos sociais – que se organizam e resistem – podem ser tomadas como a base da territorialização da ação pública. Ou seja, que a ação pública derivada da PNAPO – via os editais CNPq – se assenta na dinâmica territorial de construção do conhecimento agroecológico, dando pistas acerca do fenômeno da territorialização.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva da Sociologia Política da Ação Pública, a análise de políticas públicas percorrer a interface entre Estado-sociedade, e a perspectiva da territorialização tem sido espaço de encontro criativo. Tal perspectiva ao pôr foco na interface Estado-sociedade tem evidenciado: (a) atores e seus parceiros territoriais como fundamentais nas ações de construção de dinâmicas de resistência; (b) o Estado como animador de processos por meio de políticas públicas, tal como a PNAPO e nela os editais CNPq.

Tomou-se de partida NEA e CVT na intenção de capturar as dinâmicas dos territórios que os circunscrevem e que são circunscritas por eles. Encontrou-se territórios como espaço de expressão de territorialidades e processos vivos que, a partir de um debate público em arenas decisórias (LEITE *et al.*, 2010), guardam potencial ao serem animados pela ação pública. Tais processos vivos são constituidores de territorialização. Os estímulos da ação pública – as políticas públicas propriamente ditas (PNAPO e seus editais CNPq) – ao incidirem sobre características locais e organizativas dos atores sociais engajados contribuem para construção de territórios diferenciados e fortalecem grupos sociais até então desfavorecidos.

Os dados mostraram instituições, organizações e profissionais, assim como conflitos e grupos sociais, e mostraram que NEA e CVT, quando apoiados por políticas públicas, principalmente as que fortalecem a relação entre prática de ensino, atividade de pesquisa e ação de extensão, atuam para construção solidária e plural do conhecimento em agroecologia, sendo reconhecidos por aqueles que estão no território e praticam agroecologia. Há muito ainda para se estudar sobre o assunto abordado aqui, sobretudo acerca da *dinâmica de atuação* dessas institucionalidades, de modo a compreender tanto a forma como se organizam (suas dinâmicas internas), quanto a maneira como se relacionam (suas dinâmicas externas), e assim aprofundar

em como a ciência da agroecologia vem sendo construída socialmente e de modo comprometido se constitui em uma ciência engajada.

O potencial das institucionalidades estudadas reside, justamente, por agirem coordenadamente com instituições, organizações e profissionais, em um sentido comum – o da agroecologia –, ouvindo e dando voz, promovendo diálogo de saberes a partir de problemas e soluções dos territórios, caracterizando-se como espaços de resistência, de criatividade, de formação humanizada, e impulsionando a construção do conhecimento agroecológico de modo territorializado. Construir esse conhecimento conjuntamente maximiza recursos e converge em estratégias de resistência e disputa pelo território. A presença das institucionalidades consolida coletividades em torno da agroecologia e, quando são apoiadas por política pública de promoção da agroecologia – como a PNAPO via os editais CNPq –, assessoram e acompanham grupos sociais desfavorecidos e produzem uma ciência engajada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo I). Brasília: MDA, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo II). Brasília: MDA, 2016.

BRASIL. Portaria Interministerial MDA/SG-PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 2 de outubro de 2024. Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - para o período 2024-2027, Planapo III, 2024.

CANAVESI, F., BARRETO, C. G., LUDEWIGS, T., GOUZY, C. A., FERREIRA, G. F. M., BEZERRA, T. L. P. M., ABREU, I. S., SOARES, Z. A. B., & SANTOS, L. V. (2021). Núcleo de Agroecologia da Universidade de Brasília: contribuições e perspectivas em ensino, pesquisa e extensão. **Revista IDeAS**, Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura y Sociedad, 15, 1-27.

CARDOSO, I. M. (2018). Núcleos de Agroecologia: tecendo redes de solidariedade, diversidade e resistência. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 13(esp.), 3-7.

CASTIONI, R.; BOUSKELA, M.; RADAELLI, V. **Análise e trajetória do Programa Centros Vocacionais Tecnológicos no Brasil**. BID, 2013 (Nota técnica).

DURAN, Patrice. Territorialisation. In: PASQUIER, Romain; GUIGNER, Sébastien; COLE, Alistair. **Dictionnaire des politiques territoriales**. Paris: Presses de Sciences Po, 2011. p. 475-482.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, dez. 2016.

FAURE, Alain. Territoires/Territorialisation. In: BOUSSAGUET, Laurie *et al.* (Org.). **Dictionnaire des politique publiques**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010. p. 623-632.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Brazilian Journal of Rural Economy and Sociology** (Revista de Economia e Sociologia Rural-RESR), Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, v. 52, n. 1, 1-22, 2014.

HASSENTEUFEL, P.; OLIVEIRA, O. P. **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021.

IPEA. **Avaliação de oportunidades, potencialidades e gargalos para apoio aos NEA, R-NEA e CVT e suas redes locais**. Brasília: Ipea, 2023. 62 p. (Relatório de pesquisa).

LASCOUTES, Pierre; GALÈS, Patrick Le. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LEITE, Sérgio Pereira *et al.* Políticas públicas, desenvolvimento territorial atores sociais no meio rural brasileiro. In: DELGADO, Nelson Giordano. **Brasil rural em debate**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Org.). Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. Cap. 10. p. 319-358. (Coletânea de artigos).

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017.

MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

PACÍFICO, D. A., GUALDANI, C., SAMBUICHI, R. H. R., POLICARPO, M. A., & ALVES, F. (2025a). Editais (CNPq) de pesquisa em agroecologia: análise do instrumento da política pública no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 63, e290872. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.290872>

PACÍFICO, D. A., GUALDANI, C., SAMBUICHI, R. H. R., POLICARPO, M. A., ALVES, F. & BRATZ, F. (2025b). Política pública e construção do conhecimento: os incentivos dos editais CNPq à pesquisa em agroecologia. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 70, 2025. <https://doi.org/10.38116/ppp70art9>

PADULA, J., CARDOSO, I. M., FERRARI, E. A., SOGLIO, F. K. (2013). Os caminhos da agroecologia no Brasil. In J. C. C. Gomes & W. S. Assis (Eds.), **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais (pp. 37-73). Brasília: Embrapa.

PERAFÁN, M. E. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia.** Tese (doutorado em Ciências Sociais) – UnB, Brasília, 2007.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil.** Brasília: IICA, 2009.

PORTO, J. R. S. **Poder e território no baixo sul da Bahia: os arranjos políticos e as narrativas de desenvolvimento.** 2016. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RAYNAUT, Claude. A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André (Org.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.** Recife: UFPE, 2014. Cap. 2. p. 55-78.

REIS, J. **Uma epistemologia do território.** Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2005.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios.** Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1782).

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* Avaliação da execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2013-2015. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al* (org). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável,** IPEA, Brasília, 2017, p. 147-196.

SCHMITT, C. J. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, v. 15, Edição Especial, p. 16-48, 2016.

SILIPRANDI, E. Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Orgs.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: IPEA, 2017, p. 277-294.

SOUZA, Natália Almeida *et al.* Os núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. IN: SAMBUICHI, Regina. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável,** IPEA, Brasília, 2017.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Crecimiento endógeno o desarrollo endógeno? **Cuaderno del CLAEH.** Montevideo, n.78/79, abril, 1997.